NOTÍCIAS CNTV/ VIGILANTES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS VIGILANTES 26/Mai

cntv@cntv.org.br | (61) 3321-6143 | www.cntv.org.br | Edição 1744 | 2017

Vigilantes da Bahia seguem em passeata pela avenida ACM na manhã desta sexta-feira (26)

Trabalhadores querem reajuste de 15%

Em greve desde quarta-feira (24), os vigilantes da Bahia saíram em passeata pelas ruas de Salvador na manhã desta sexta-feira (26). Desde o Shopping da Bahia, onde foi a concentração, até a Superintendência Regional de Trabalho e Emprego (SRTE), os trabalhadores denunciaram à população as tentativas patronais de desvalorizar a categoria.

Na quinta-feira (25) a categoria também realizou um ato público. Desta vez, se reuniram na Praça dos Veteranos e seguiram pela avenida J J Seabra, depois para a avenida da França, no Comércio. O objetivo, segundo o presidente da Confederação Nacional dos Vigilantes (CNTV) e do Sindicato dos Vigilantes da Bahia (Sindvigilantes-BA), José Boaventura, é chamar a atenção da população para os verdadeiros culpados da greve.

"Tentamos negociar, conversar, e nada adiantou. Após oito rodadas de negociação os patrões continuavam insistindo em reajuste de 1%, o que é uma vergonha e desrespeito imenso com os trabalhadores. Não nos deram alternativa, senão a greve", afirmou Boaventura.

Fazem parte da pauta de reivindicações dos vigilantes o reajuste salarial de 15%, tíquete refeição de R$ 20, cota de 30% por posto de trabalho para as mulheres, além do piso salarial de R$ 1.500. A greve não tem data para acabar.

Fonte: CNTV

Uni Sindicato Global condena repressão durante Ocupa Brasília e manifesta solidariedade

Violência de Temer marcou Ocupa Brasília

A Uni Sindicato Global enviou nesta quinta-feira (25) às suas entidades filiadas uma carta condenando a repressão sofrida pelos participantes da manifestação “Ocupa Brasília”, realizada nesta quarta-feira (24) na capital do país contra as reformas do governo ilegítimo de Temer. Leia abaixo a íntegra do documento.

Caros companheiros,

Por meio desta condenamos e manifestamos nossamais profunda rejeição à repressão que ocorreu em Brasília ontem, onde milhares de trabalhadores foram reprimidos violentamente pelos militares. Desde o retorno à democracia no Brasil nenhum governo tinha usado os militares para reprimir uma manifestação em massa, mas o que aconteceu ontem se encaixa no modelo de um governo cada vez mais impopular e neoliberal.

Mais de um ano atrás, membros da Uni Américas e do seu Comitê Executivo disseram sim à democracia e não o golpe institucional. Hoje, novamente rejeitamos o golpe, o governo ilegítimo de Temer, e apoiamos a soberania do povo brasileiro e seu apelo para eleições diretas.

Mais uma vez, expressamos nosso apoio e solidariedade para e trabalhadores brasileiros que foram às ruas contra a reforma do Trabalho e Previdência, contra os cortes em cada greve e manifestação, deixando claro que não haverá nenhum passo atrás, que trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais no Brasil continuam a lutar por um país com mais igualdade e justiça social. Expressamos isso em nome da UNI Américas, regional da UNI Sindicato Global, federação sindical internacional de trabalhadores e trabalhadoras no setor de serviços, com mais de 20 milhões de membros e 900 sindicatos filiados.

Em solidariedade,

Marcio Monzane

Secretario Regional

UNI Américas

Imagens mostram ação de criminosos durante assalto no BarraShopping

Assaltantes roubaram joalheria na manhã da última quinta-feira (25).Tiroteio deixou lojistas e clientes em pânico.

Imagens exclusivas de câmeras de segurança mostram o momento da ação de assaltantes que roubaram uma joalheria no BarraShopping, Zona Oeste do Rio, na manhã da última quinta-feira (26). Nas imagens, é possível ver que um dos criminosos tenta quebrar o vidro para roubar os relógios, mas não consegue. Mesmo assim, eles conseguiram levar três relógios que estavam no conserto.

Durante a fuga, houve troca de tiros com seguranças do shopping no estacionamento do shopping. Os tiros atingiram um carro que estava no local, que ficou com os vidros quebrados. Outro veículo, da empresa que cuida da vigilância do shopping, também foi atingido. Testemunhas contaram que se protegeram dos tiros se jogando embaixo dos veículos.

Segundo o gerente da joalheria roubada, Antônio Pádua, os criminosos já chegaram querendo roubar a parte da joalheria dedicada à marca Rolex. Quando ele abaixou para pegar a chave, aproveitou e acionou o botão de pânico, que avisa à central de segurança que está ocorrendo um assalto. Os bandidos perceberam e chegaram a dar duas coronhadas no gerente.

Os criminosos fugiram, atirando em direção a seguranças do centro comercial no estacionamento – no entanto, ninguém ficou ferido. A Polícia Militar foi acionada e chegou a cercar o shopping.

Policiais da 16ª DP (Barra da Tijuca), da Delegacia de Roubos e Furtos (DRF) e do 18º BPM (Jacarepaguá) fazem buscas aos bandidos – os assaltantes seriam da Cidade de Deus.

Fonte: G1

Suspeitos de explodir carro-forte em Unaí são presos com armas e R$ 426 mil em Goiás

Segundo a Polícia Militar de Unaí, grupo é suspeito de roubos a bancos em Goiás, Bahia e outras regiões do Nordeste; eles explodiram carro-forte na BR-251, na última segunda (22).

Armas foram apreendidas em chácara localizada pelo histórico do GPS, diz PM de Unaí (Foto: Polícia Militar/Divulgação)

Três homens, de 36, 37 e 47 anos, foram presos, nesta quarta-feira (24), suspeitos de envolvimento na explosão de um carro-forte em Unaí, na última segunda-feira (22). Eles foram localizados em um comércio em Alexânia (GO) e através do histórico do GPS do carro a polícia chegou até uma chácara em Formosa (GO), que fica a 170 km do local da prisão. Na chácara, foram apreendidos R$ 426 mil, armas e munições.

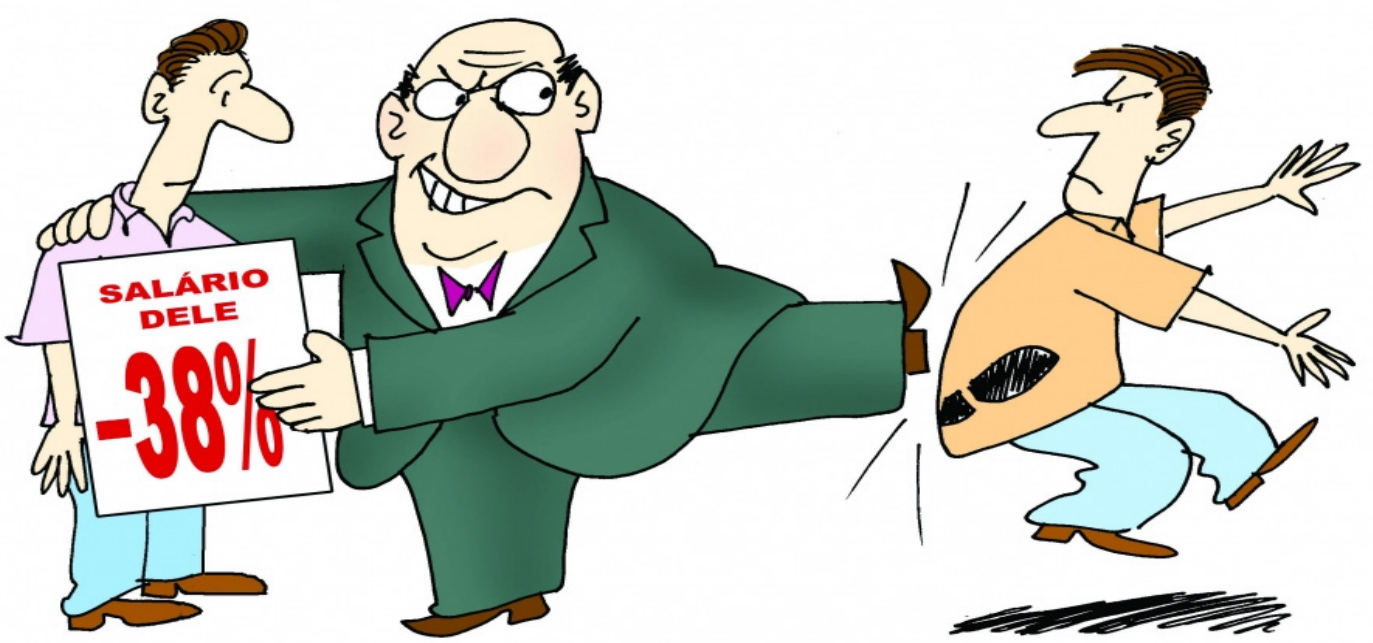
No dia do crime, o valor levado pelos criminosos não foi informado, mas a PM de Unaí acredita que o dinheiro encontrado em Formosa pode fazer parte da quantia roubada. "As investigações continuam, por isso, não podemos dizer como o serviço de inteligência das polícias envolvidas no rastreamento chegou até eles em um comércio, em Alexânia.", explica o oficial da Polícia Militar, Major Amerson Braga.

Ainda segundo a Polícia Militar de Unaí, os criminosos são suspeitos de cometerem roubos a bancos em Goiás, Bahia e outras regiões do Nordeste; um dos envolvidos também tem passagens por corrupção passiva e tráfico de drogas.

O G1 não conseguiu falar com a empresa de transporte de valores, mas apurou com a Polícia Militar que as atividades no posto de Unaí não foram comprometidas após o roubo.

Fonte: G1

Supremo decidirá efeitos da nova lei de terceirização em súmula do TST



Diante da edição da nova lei de terceirização, em março deste ano, o Supremo Tribunal Federal terá de decidir que entendimento aplicar aos casos já em andamento na Justiça do Trabalho. É o que pedem os amici curiae arrolados no processo que discute a constitucionalidade da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho, que proíbe a terceirização das atividades-fim de empresas.

A nova discussão começou porque o relator da ação, ministro Luís Roberto Barroso, oficiou os autores e interessados para que se manifestassem sobre seus pedidos, diante da sanção da lei. O ministro queria saber se eles consideravam que os pedidos haviam perdido o objeto ou não.

Em petição do dia 19 de maio, a Associação Brasileira de Telesserviços (ABT) respondeu a Barroso que a ação deve continuar. No entendimento da entidade, a lei revogou a súmula do TST, já que não trata mais a terceirização pelos mesmos critérios que o tribunal, de atividade-fim e atividade-meio.

Para a entidade, o Supremo deve se manifestar sobre como os tribunais devem proceder em relação aos casos já ajuizados. De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, o Brasil tem 1.107 processos sobrestados por causa do reconhecimento da repercussão geral de um recurso que discute a terceirização pelo Supremo. Só das empresas filiadas à ABT, diz a entidade, são 10 mil ações.

A nova lei passou a falar em “empresa de trabalho temporário” e permitir que a terceirização seja empregada para “substituição transitória de pessoal” ou para atender a “demanda complementar de serviços”. Abandonou, portanto, o critério de que a terceirização é permitida a depender da tarefa que os empregados dessa companhia terão.

No parágrafo 3º do artigo 9º da lei, é

dito que o contrato de trabalho temporário pode abranger tanto atividades-meio quanto atividades-fim, "a serem executadas na empresa tomadora de serviços".

Mas, para a ABT, embora a lei tenha revogado o entendimento do TST, ela não pode retroagir. E por isso o Supremo deve dizer que critério será aplicado aos casos já ajuizados no Judiciário, "cujos efeitos jurídicos ainda estão sendo produzidos e em relação aos quais a nova legislação não pode se aplicar", diz a petição, assinada pelo escritório do advogado Cláudio Pereira de Souza Neto.

Segurança jurídica

Já a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag) afirma que o Supremo deve declarar a súmula do TST inconstitucional, "em nome da segurança jurídica". Em sua petição, a entidade diz que a nova lei "reforça os argumentos" da inconstitucionalidade da Súmula 331. De acordo com a associação, o entendimento do TST cria proibição não prevista em lei e estimula as cortes locais a adotar a mesma posição.

O resultado, diz a Abag, foram vedações à contratação de terceirizadas para "atividades típicas do processo de especialização econômica". Como exemplo, a instituição cita duas decisões do TRT de Rondônia: uma que considerou terceirização de atividade-fim a contratação, por uma vendedora de celulose, de uma empresa de reflorestamento; outra, que entendeu ser atividade-fim de uma sucroalcooleira o plantio, corte, carregamento e transporte da cana-de-açúcar.

"Tal insegurança prejudica a economia do país e, em consequência, a geração e manutenção dos postos de trabalho", diz a petição da Abag, assinada pelas advogadas Teresa Arruda Alvim e Maria Lúcia Lins Conceição. "Ao invés de prestigiar os valores sociais do trabalho, a Súmula 331 gera efeitos no sentido contrário, revelando-se um obstáculo inconstitucional à organização eficiente da atividade empresarial."

Tudo como antes

Para a Associação Nacional de Procuradores do Trabalho (ANPT), nada muda com a nova lei. Em petição enviada ao Supremo na quarta-feira (24/5), a entidade afirma que a lei apenas disse que terceirizadas são empresas contratadas para "serviços determinados e específicos", o que não significa que tenha acabado o critério de atividade-fim e atividade-meio.

A redação da lei "não permite antever de forma alguma que aquele novel diploma teria suplantado em definitivo a sistemática constante da Súmula nº 331 do TST", diz o pedido, assinado pelo advogado Roberto Caldas.

Prova disso, alega, é que o relatório final da Comissão Especial da Câmara que analisa a proposta de reforma trabalhista diz que a nova lei da terceirização não ficou clara nesse ponto.

No entendimento dos procuradores, a única interpretação possível à nova lei é a de que a atividade-fim só pode ser desempenhada por funcionários da empresa ou por trabalhadores temporários, nunca por terceirizadas.

Fonte: Conjur

Expediente:
Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Abdelaziz
Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143
SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF